

COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 3.240, DE 2024

Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre a exigência, em contratações públicas, de percentual mínimo de mão de obra constituída por jovens aprendizes e pessoas com deficiência.

Autor: Deputado RICARDO AYRES

Relatora: Deputada LAURA CARNEIRO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 3.240, de 2024, apresentado pelo Deputado Ricardo Ayres, busca incluir jovens aprendizes e pessoas com deficiência na regra relativa a percentual mínimo de mão de obra contratada por meio de licitações públicas, prevista na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que trata de Licitações e Contratos Administrativos.

Segundo o autor, o Projeto tem por “objetivo promover a inclusão social e profissional de jovens aprendizes e pessoas com deficiência”, ao “criar a possibilidade de reserva de vagas para essa clientela nos contratos administrativos que recrutem mão de obra”, de maneira a “garantir que esses grupos vulneráveis tenham acesso a oportunidades de trabalho que contribuam para seu desenvolvimento pessoal e profissional”.

Tramitando em regime ordinário (art. 151, inciso III, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD) e sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões (art. 24, inciso II, do RICD), a matéria foi distribuída às Comissões de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência; de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família; de



Finanças e Tributação (mérito e art. 54 RICD); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD).

No primeiro Colegiado, o Projeto foi aprovado sem alterações de texto, tendo sido a matéria relatada pelo Deputado Acácio Favacho.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas nesta Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

O Projeto de Lei ora sob exame deste Colegiado busca incluir jovens aprendizes e pessoas com deficiência na regra prevista na Lei de Licitações e Contratos que assegura percentual mínimo de mão de obra contratada pela administração pública. A ideia é melhorar a empregabilidade e inserção no mercado de trabalho, dando a esse público “oportunidades de trabalho que contribuam para seu desenvolvimento pessoal e profissional”, segundo o autor da proposição, Deputado Ricardo Ayres. O citado Parlamentar, de forma acertada, ressalta o “cenário adverso aos jovens e às pessoas com deficiência”, no que concerne a conseguir postos de trabalho formal, razão pela qual propõe essa medida.

Na Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, a matéria foi aprovada, tendo o Relator, Deputado Acácio Favacho, destacado, com precisão, que “a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho constitui um dos desafios mais persistentes na promoção da equidade social” e, “apesar de avanços proporcionados pela legislação brasileira, como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146, de 2015) e a Lei de Cotas (Lei nº 8.213, de 1991), esse grupo social ainda enfrenta taxas elevadas de desemprego e sub-representação em postos formais de trabalho”.

Nesse sentido, observamos que, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), módulo Pessoas com Deficiência 2022, lançado em julho de 2023, em uma parceria entre a Secretaria Nacional



dos Direitos da Pessoa com Deficiência, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (SNDPD/MDHC), e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), há, no Brasil, mais de 18,6 milhões de pessoas com deficiência, correspondentes a 8,9% das pessoas com 2 anos ou mais no país.¹

Ainda de acordo com aquele levantamento, contudo, apenas “26,6% das pessoas com deficiência encontram espaço no mercado de trabalho”, ao passo que o “nível de ocupação para o resto da população é de 60,7%”. Também ficou evidenciado que “Cerca de 55% das pessoas com deficiência que trabalham estão em situação de informalidade”, sendo o rendimento médio real das pessoas com deficiência, no período verificado, de apenas R\$ 1.860, ao passo que, para aquelas sem deficiência, esse valor chegava a R\$ 2.690, uma diferença de 30%.² O citado estudo é categórico e preciso quando afirma ser evidente que “as pessoas com deficiência estão menos inseridas no mercado de trabalho e, por consequência, têm acesso à renda mais dificultado”.³

Diante de dados tão gritantes de exclusão em um dos principais mecanismos de integração social – o trabalho formal com carteira assinada –, não poderíamos deixar de nos posicionar pela aprovação do Projeto, em relação à previsão de percentual mínimo de pessoas com deficiência em contratação de mão de obra pelo poder público.

Entretanto, no que diz respeito ao jovem aprendiz, embora seja louvável o intuito de melhorar sua empregabilidade no país, por meio das contratações feitas pela administração pública, observamos problemas na proposta, ao incluir percentual relativo a esse público na Lei de Licitações e Contratos. Isso porque a contratação de força de trabalho terceirizada pela administração se dá sob a forma de “serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra”, consoante o disposto no inciso XVI do

¹ Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Brasil tem 18,6 milhões de pessoas com deficiência, indica pesquisa divulgada pelo IBGE e MDHC Pesquisa divulgou dados inéditos sobre as condições de vida das pessoas com deficiência no Brasil, MDHC, 7 jul. 2023. Disponível em <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/julho/brasil-tem-18-6-milhoes-de-pessoas-com-deficiencia-indica-pesquisa-divulgada-pelo-ibge-e-mdhc#:~:text=PESSOAS%20COM%20DEFICI%C3%8ANCIA-.Brasil%20tem%2018%2C6%20milh%C3%B5es%20de%20pessoas%20com%20defici%C3%A7%C3%A3o%20com%20defici%C3%A7%C3%A3o%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20dessa%20faixa%20et%C3%A1ria>. Acesso em: 20 ago. 2025.

² Idem.

³ Idem.



art. 6º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Tal regime pressupõe, ainda, trabalhadores empregados que “fiquem à disposição nas dependências do contratante para a prestação dos serviços”.

Vale observar que, ao regulamentar a exigência de percentual mínimo de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica em contratações públicas, o Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023, em seu art. 3º, assegura cota de 8% em contratação direta para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

Nesse regime de contratação de mão de obra pela administração, o vínculo do trabalhador com a empresa terceirizada tem de ser o emprego, regido pela Consolidação da Leis do Trabalho (CLT), em regime de dedicação exclusiva, o que é incompatível com o contrato de aprendizagem que, nos termos do art. 428 da CLT, é um “contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 (quatorze) e menor de 24 (vinte e quatro) anos inscrito em programa de aprendizagem formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação”.

Além disso, por um lado, conforme os arts. 403, parágrafo único, e 432 da CLT, o contrato de aprendizagem não poderá ter duração de jornada superior a seis horas diárias, sendo vedada prorrogação e compensação de jornada, além de observar a exigência de ser prestado em horários e locais que permitam a frequência à escola, quando o aprendiz tiver menos de 18 (dezoito) anos.

Por outro lado, concordamos com o Deputado Ricardo Ayres que há um sério problema na empregabilidade e inserção no mercado de trabalho entre os mais jovens. Recente pesquisa conduzida pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV IBRE), feita a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua do IBGE, constatou que o “desemprego entre os jovens brasileiros de 18 a 29 anos é mais que o dobro da taxa observada em um grupo mais velho, de



peças de 30 a 59 anos".⁴ Mesmo em um momento em que a taxa de ocupação no país é recorde, os jovens seguem enfrentando dificuldade para conseguir emprego, devido principalmente a "problemas como a falta de experiência profissional, a baixa qualificação e a precarização do trabalho".⁵

Diante disso, propomos a aprovação da matéria com uma Emenda para substituir, no texto do Projeto, a expressão jovem aprendiz para jovens entre 18 e 24 anos egressos de programas de aprendizagem.

Pelo exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.240, de 2024, com a Emenda anexa.

Sala da Comissão, em 29 de agosto de 2025.



Deputada Federal LAURA CARNEIRO
Relatora

2025-13677

⁴ NUNES, Júlia. Desemprego entre jovens no Brasil é mais que o dobro da taxa de grupo mais velho, aponta pesquisa, G1, 11 abr. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2025/04/11/desemprego-entre-jovens-no-brasil-e-mais-que-o-dobro-da-taxa-de-grupo-mais-velho-aponta-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 20 ago. 2025.

⁵ Idem.



COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 3.240, DE 2024


Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre a exigência, em contratações públicas, de percentual mínimo de mão de obra constituída por jovens aprendizes e pessoas com deficiência.

EMENDA Nº

Dê ao inciso III do § 9º do art. 25 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que o art. 2º do Projeto de Lei nº 3.240, de 2024, pretende incluir, a seguinte redação, mantendo-se os demais dispositivos:

“III - jovens entre 18 (dezoito) e 24 (vinte e quatro) anos egressos de programas de aprendizagem; e”

Sala da Comissão, em 29 de agosto de 2025.



Deputada Federal LAURA CARNEIRO
Relatora

2025-13677

